

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0024125938/2025 - SAMA.UBE.AAD

**1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.**

O Município de Joinville possui 590.466 habitantes estimados pelo IBGE/2019, e na cidade não há uma empresa que executa a prestação de serviços de castração em castramóvel, como meio de prevenção à saúde pública.

Outrossim, conforme Lei Complementar nº 360/2011:

*"Art.5º São atos de competência da Unidade de Bem Estar Animal, ligada a Fundação Municipal do Meio Ambiente, as seguintes atribuições:*

*V - manter programas permanentes de controle de reprodução de cães e gatos;*

*VI - esterilização, vacinação e cadastramento gratuito de animais domésticos, nos termos desta Lei."*

Fica claro que a responsabilidade de cumprir o item V do artigo 5º da Lei Complementar 360/2011 cabe a Secretaria do Meio Ambiente, em específico a sua Unidade de Bem Estar e Proteção Animal - UBE.

O presente Credenciamento irá dar continuidade ao programa de controle populacional, atendendo assim ao público alvo de munícipes de baixa renda, esses que não possuem meio de transporte para levar os animais nas clínicas credenciadas e tão pouco o conhecimento dos benefícios da castração de animais.

Nosso gargalo sempre foi as regiões de extrema vulnerabilidade social, aonde os munícipes não possuem o conhecimento devido dos benefícios da castração, ocasionando assim em ninhadas indesejadas e o abandono de animais se torna evidente, pois esses munícipes muitas vezes não tem nem condições para arcar com o sustento próprio, o que leva ao abandono.

Outrossim, já realizamos alguns mutirões de microchipagem com a liberação da ficha de castração em bairros de extrema vulnerabilidade social e não tivemos o mesmo número de animais microchipados/castrados que em outros bairros não tão vulneráveis; assim como o número de animais que transitam nas ruas é sempre maior nos bairros de extrema vulnerabilidade, ocasionando assim na prenhez indesejada e filhotes nas ruas, o que com o castramóvel será possível castrar todos os animais de rua também.

Cabe ressaltar que nesses bairros há incidência de animais (da espécie canina) com TVT (tumor venéreo transmissível) e da espécie felina com esporotricose (doença de zoonoses), e justamente é a castração que irá evitar esse tipo de doença.

**2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

2.1 - A Lei não impõe a elaboração do PCA, pelo contrário, faculta-o. No mesmo sentido, em que pese sua relevância, há apenas recomendações quanto a sua elaboração pela doutrina. Em mesmo sentido há o Memorando PGM.UAD 0020036205.

Ainda, considerando a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), elenca que a elaboração do PCA como uma "alternativa" (uma vez a redação conter "poderá"), para o exercício de 2024:

*Art. 9º. O Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser exigido a partir do exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023. (grifo nosso)*

Sendo assim, para 2024, que a presente contratação fora prevista no PCA para o ano de 2024, porém o mesmo não fora publicado, entretanto, mesmo assim, não há contrariedade a Lei ou mesmo empecilhos quanto a continuidade da contratação.

**3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos de contratação:

3.1 - Disponibilizar a Unidade de castração móvel em perfeitas condições de uso e certificar-se de manutenções preventivas do automóvel.

3.1.2 - Apresentar e manter atualizado o Registro da Unidade móvel no órgão de trânsito;

3.1.3 - Comprovação de cadastro profissional no órgão de classe CRMV ou equivalente, do responsável pela execução do serviço.

3.1.4 - Comprovação do vínculo do profissional habilitado com a empresa licitante (contrato de trabalho, carteira de trabalho, ato constitutivo, entre outros);

3.1.5 - Os demais requisitos específicos estão dispostos no Termo de Referência.

Anota-se ainda que, não deverá ser admitida a subcontratação do objeto da presente contratação.

No caso, ainda não se vislumbra impedidos a participação de empresas em **consórcio** para a presente contratação.

Quanto a **garantia de execução dos serviços**, considerando o objeto da contratação, bem como considerando que a licitação se dará por item (e não por valor global), para o presente caso é desnecessária, em virtude da prerrogativa prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

Quanto a **garantia dos serviços** em si, a(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) fornecer(em) garantia de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

Quanto a **critérios e práticas de sustentabilidade**, na execução dos serviços deverão ser atendidos:

- Atender a toda e qualquer legislação ambiental/sustentabilidade que possa incidir sobre o objeto da presente contratação, inclusive quando de sua execução; e,
- Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir;
- Utilizar preferencialmente e quando possível equipamentos com baixo consumo de energia elétrica;
- Utilizar preferencialmente e quando possível equipamentos e acessórios que possam ser reutilizados.

No caso da presente contratação, as **sanções** administrativas serão as mesmas dispostas na Lei nº 14.133/2021, bem como as eventualmente contidas no futuro Edital e Termo de Contrato.

Quanto aos **parâmetro(s) para o cálculo do valor estimado da contratação**, que estarão de acordo com o previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e art. 50 da Instrução Normativa nº 04/2022 da Secretaria de Administração e Planejamento, sendo que a estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos farão parte (em documento próprio) do processo do processo de Requisição de Compras.

#### **4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.**

A quantidade será definida conforme a necessidade da unidade, limitada somente ao orçamento específico, tendo em vista que não temos como prever a quantidade de castrações que serão realizadas em cada bairro.

Ressalta-se que a presente contratação trata-se de Credenciamento.

#### **5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

Solução 1 : Aquisição de Unidade Móvel de Castração de Animais - Castramóvel  
Destinada ao Centro de Bem Estar Animal

Não é uma alternativa viável, tendo em vista que a Secretaria não possui mão-de-obra qualificada para a realização deste tipo de serviço, no caso teríamos que possuir no quadro de servidores, médicos veterinários para a realização da castração, sendo que nossa Unidade agora é terceirizada, não possuindo assim médicos veterinários.

Desta forma, se faz necessário, não somente a contratação da mão-de-obra, bem como da aquisição dos equipamentos para a realização dos serviços. Sem contar o fato ainda da necessidades das ferramentas e EPIs. O que só seria possível através de processos licitatórios, o que demandaria uma longa espera, uma vez que diante de todos os trâmites burocráticos, previstos em Lei.

Outrossim, a aquisição seria por si só somente do veículo, ora seja, como não há mão de obra qualificada, teríamos que iniciar outro processo licitatório de uma empresa para gerir a Unidade Móvel; além do que a unidade móvel precisaria de manutenção preventiva e corretiva, o que seria necessário então em uma terceira licitação, que seria para a manutenção do veículo;

Solução 2: Chamamento público - Credenciamento

O chamamento público é um procedimento formal de seleção de prestadores de serviços /fornecedores realizado pela administração pública. As propostas são analisadas e selecionadas com base em critérios predefinidos, como capacidade técnica, experiência e adequação aos objetivos do programa.

Esta, se demonstra ser a alternativa mais viável, uma vez que agrega mão-de-obra qualificada, capacitada e em quantidade o suficiente para atender a demanda, bem como juntamente o fornecimento dos equipamentos, insumos e pessoal técnico qualificado para execução dos serviços.

O Credenciamento é mais vantajoso economicamente para a Prefeitura, tendo em vista que o valor do serviço em si é baseado nas fontes de preço, e uma vez credenciada a empresa, essa possui o prazo de 12 meses de contrato, sendo que próximo de findar-se, pode-se solicitar a emissão de novo contrato, não incidindo assim em eventuais reajustes anuais;

Outrossim, o Credenciamento, ao contrário de outras modalidades licitatórias, não implica uma escolha preferencial por parte da administração, mas sim a seleção de todas as empresas que atendam aos requisitos técnicos e legais estabelecidos. Essa característica garante a impessoalidade e a isonomia no processo, além de estimular a concorrência e a qualidade dos serviços prestados.

Um processo de credenciamento bem estruturado, com critérios objetivos e transparentes, pode ser tão transparente quanto um Pregão Eletrônico, e, em alguns casos, até mais, pois permite uma avaliação mais profunda e qualificada dos licitantes.

Vale ressaltar que este tema já foi objeto de análise aprofundada realizada pela Procuradoria (Memorando PGM.UAD (SEI nº 0015326781) onde podemos extrair: "Desse modo, a modalidade adotada na minuta encaminhada para análise se mostra adequada ao objeto proposto em todos os seus termos, na melhor previsão da Lei 8.666/93, a qual dispõe, em art. 25, que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição." Restando evidente que a modalidade de credenciamento se configura como a opção mais adequada e vantajosa para a para execução de procedimentos de castração cirúrgica (em castramóvel), em animais das espécies caninas e felinas, domiciliados, semidomiciliados e errantes, no município de Joinville.

Em suma, a modalidade de credenciamento, embasada nas considerações da Procuradoria e na justificativa apresentada, emerge como a melhor solução para o atendimento das demandas. Ela garante a universalidade, a acessibilidade, a qualidade e a eficiência do serviço, além de assegurar a plena observância dos princípios legais e constitucionais aplicáveis à gestão da saúde pública.

### **Solução 3: *Compra unificadas e compras compartilhadas em consórcios***

Quanto as compras unificadas internas do Município, esta poderia ser uma solução. Entretanto, não há de momento grupo de compras para este objeto, mesmo porque, por ser muito específico estando assim prejudicada esta solução.

Quanto as compras compartilhadas, considerando que o Município de Joinville optou em participar de licitações compartilhadas junto aos Consórcio CIM-CATARINA e CIM-AMUNESC, esta também poderia ser uma alternativa. Entretanto, ressalte-se que, esta é um prerrogativa, não uma obrigação.

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, e as características e custos de cada opção, demonstra-se como melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido o Credenciamento para execução de procedimentos de castração cirúrgica (em castramóvel), em animais das espécies caninas e felinas, domiciliados, semidomiciliados e errantes, no município de Joinville.

## **6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.**

6.1 - Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, tendo por base levantamento preliminar de mercado.

6.2 - De início, estima-se a contratação no valor de R\$ 350.000,00, destinados para a castração dos animais em castramóvel.

## **7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

7.1 - Conforme Estudo Técnico Preliminar que compõe o presente processo de Requisição de Compras: Considerando as soluções de mercado supra elencadas, e as características e custos de cada opção, demonstra-se como melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido o Credenciamento para execução de procedimentos de castração cirúrgica (em castramóvel), em animais das espécies caninas e felinas, domiciliados, semidomiciliados e errantes, no município de Joinville.

## **8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.**

Com relação ao objeto da licitação, o mesmo não se encaixa em parcelamento, visto que trata-se de um credenciamento em que várias empresas podem habilitar-se, sendo que não faz sentido dividir os serviços, pois todas as empresas devem ter todos os serviços descritos no Termo de Referência.

Como trata-se de credenciamento de empresas que fornecem serviços de alta complexidade, o parcelamento poderia causar problemas quanto à gestão do Contrato e prejuízos ao próprio município, tendo em vista que tratam-se em sua grande maioria de pessoas em vulnerabilidade social, os quais esses recorrem as clínicas próxima de sua residência, sendo que se houvesse o parcelamento, poderia gerar problemas quanto ao deslocamento dessas pessoas.

Exemplo: O município tem uma canina fêmea para castrar, chega no mutirão de castração no bairro próximo à sua residência, e a empresa informa que só realizam castrações de caninos machos; e que a empresa que poderia fornecer o serviço participará em outra data, em bairro distinto, sendo que não há lógica, tendo em vista que o Credenciamento em si deve abranger todos os serviços constantes no Termo de Referência.

## **9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões.

Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados ao atendimento da necessidade da existente e da formação da contratação, no sentido que estão previstos nos demais tópicos deste termo.

Quanto a economicidade, ao realizar licitações é possível obter propostas mais competitivas, resultando em economia para os cofres públicos. No caso o Credenciamento é mais vantajoso

economicamente para a Prefeitura, tendo em vista que o valor do serviço em si é baseado nas fontes de preço, e uma vez credenciada a empresa, essa possui o prazo de 12 meses de contrato, sendo que próximo de findar-se, pode-se solicitar a emissão de novo contrato, não incidindo assim em eventuais reajustes anuais;

Ao se contratar serviços especializados, a administração pública pode direcionar seus recursos humanos para atividades essenciais, aumentando a eficiência e a produtividade. As empresas especializadas possuem expertise na área, o que resulta em uma execução profissional e eficiente dos serviços. Ao contar com fornecedores qualificados e experientes, a administração pública pode reduzir os riscos de falhas ou imprevistos nos eventos, garantindo uma execução mais segura e eficaz.

Ao terceirizar, a Administração Pública pode otimizar a alocação de recursos humanos internos, utilizando sua equipe para atividades centrais enquanto especialistas externos lidam com as demandas específicas do evento.

Ou seja, tudo isso agrega, quanto a melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais, financeiros e de economicidade ao final.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há necessidade de providências adicionais.

A Unidade de Bem Estar e Proteção Animal dispõe de corpo técnico capacitado tanto para fiscalização como para a gestão contratual da futura contratação.

Desta forma, não há, num primeiro momento, ações que devem ser executadas pela Administração antes da formalização da futura contratação, com vistas à correta execução contratual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Existe obrigações similares ao Credenciamento nº 22/2023, porém tratam-se de formas de execução distintas.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a contratada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Nº	A - Identificação de riscos (processo de busca, reconhecimento e descrição de riscos, que envolve a identificação de suas fontes, causas, etc.) - considerar todas as fases da contratação (planejamento, seleção do fornecedor e execução)	Nível	B - Análise de riscos (compreensão das causas e consequências imediatas, envolvendo a consideração detalhada de incertezas, fontes de risco, cenários, controles e sua eficácia)	Nível	C - Avaliação de riscos (processo que visa apoiar decisões sobre como responder a riscos e que envolve a comparação de resultados da análise de riscos com a assunção deste pela Administração Municipal, ponderando a probabilidade de ocorrência e o impacto)	D - Tratamento de riscos (qualquer ação adotada para lidar com risco)	Condução
1	Não previsão no Plano de Contratação Anual e Plano Orçamentário	1	Impactos de ordem orçamentária, entretanto, afetam a contratação	1	Baixo	Ajustar o PCA vigente. Planejar com atencêdências as demandas	Mitigar
2	Morosidade devido aos trâmites burocráticos para efetivar a contratação	3	Considerando todos os trâmites oriundos das Leis de regência das contratações públicas, podem haver entraves durante a análise e efetivação da contratação. Consequentemente não atender ao interesse público em tempo	3		Antecipar as contratações. Haver planejamento para que a contratação ocorra em tempo. Priorizar agilidade nas análises e tramitações do processo na fase interna	Mitigar
			Especificações				

3	Ausência de estudos preliminares e imprecisão das definições na construção do processo de compras	1	insuficientes ou incompletas podem prejudicar a contratação. Com definições imprecisas poderá causar desinteresse do mercado, não se contratar o suficiente ou se contratar além do necessário. Não se atenderia de forma plena o interesse público	3
4	Servidores em quantidade ou qualificação inadequada - servidores não detêm as competências multidisciplinares necessárias	2	Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos. Assim não alcançar-se-á os objetivos pretendidos com a contratação	2
5	Pesquisa de mercado insuficiente	2	Subestimada as opções de mercado, o que poderá causar restritividade no futuro certame licitatório. Bem como imprecisão do valor médio para a contratação	3
6	Ausência de Gerenciamento de Risco (permite ações contínuas de planejamento, organização, fiscalização dos riscos que possam comprometer a execução do Contrato)	2	Imprevisibilidade dos resultados esperados. O atendimento aos objetivos pretendidos é relativizado	1
7	Cotações de preços para formação do preço médio da contratação elevados ou demasiadamente baixos	2	Prejuízo ao erário Público ou desinteresse de mercado	2
8	Quantitativo subestimado ou superestimado	2	Não atendimento ao interesse público pela insuficiência da quantidade ou desperdício de dinheiro público no caso de superestimada a quantidade	3
9	Ausência de recursos orçamentários	2	Indisponibilidade orçamentária impedindo contratação ou inviabilizando o contrato, gerando prejuízo à Administração.	4
10	Falta de interessados no futuro certame licitatório	3	Não atendimento ao interesse público em tempo. Retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	4
	Impugnação do Edital ou		Suspensão ou revogação do certame licitatório. Não atendimento ao interesse público no que se refere a elaboração do processo licitatório	

Médio	Capacitar os servidores envolvidos. Escolher servidores com aptidão com o objeto a ser contratado	Mitigar
Médio	Aumentar o número de servidores envolvidos, bem como capacitar os servidores que participarão do planejamento e construção do processo de compras	Evitar
Médio	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras. Ampliar a pesquisa de mercado	Evitar
Baixo	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras	Evitar
Médio	Capacitar o(s) servidor(es) responsáveis pela pesquisa de preços. Realizar ampla pesquisa de mercado	Evitar
Médio	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras. Realizar um amplo mapeamento de necessidades	Evitar
Alto	Antes das contratações fazer reserva orçamentária para tal finalidade (LOA) ou se for o caso realizar a reprogramação orçamentária	Evitar
Alto	Ampla pesquisa de mercado para definição clara nos termos do instrumentos de contratação. Ampla divulgação do Edital	Evitar
	Construir o processo de compras de forma adequada (tecnicamente falando) com ampla pesquisa	

11	Impugnação do Edital ou documento equivalente	2	processo licitatório. Dependendo do resultado final, pode culminar em retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	3
12	Licitação fracassada ou deserta	2	Não atendimento ao interesse público em tempo. Retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	4
13	Apresentação de recurso quanto ao resultado final da licitação	2	Não atendimento ao interesse público em tempo. Dependendo do resultado, por gerar retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	2
14	Proposta inexecutável por parte da(s) Contratada(s)	2	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação. O que pode inclusive gerar a necessidade de novo processo licitatório	3
15	Contratada(s) se recusar(em) a assinar(em) o Contrato	2	Impossibilidade de contratar. Desistência quanto ao atendimento ao objeto da contratação. Necessidade de uma nova contratação	5
16	Contratada(s) sem capacidade técnica para atender(em) ao objeto da contratação	2	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação, podendo causar falhas nos eventos	3
17	Descumprimento dos prazos de prestação dos serviços	3	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação, prejudicando a realização dos eventos	4

#### Classificação dos Riscos

Médio	Com ampla pesquisa de mercado com exposição clara das condicionantes e especificidades da contratação	Evitar
Alto	Ampla pesquisa de mercado para definição clara dos termos do instrumento de contratação. Fazer análise do histórico de contratações neste sentido com objeto idêntico ou similar. Ampla divulgação do Edital	Evitar
Médio	Realizar adequada instrução processual	Mitigar
Médio	Solicitar documentos de habilitação de forma suficiente a corroborar a proposta apresentada. Realizar diligências se necessário	Transferir
Alto	Elaborar Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos e Memorial Descritivo que apresentem estudo comparado realizado e de forma a atender às reais necessidades de negócio e com preços e prazos viáveis para o mercado	Mitigar/transferir
Médio	Ampla pesquisa de mercado para definição clara dos termos do instrumento de contratação, bem como disposição de sanções e penalidades no Edital visando evitar empresas inaptas de participar da licitação. Sem contar o fato da necessidade da avaliação da capacidade técnica da empresa.	Mitigar/transferir
Alto	CAF fiscalizar e estar atenta quanto a execução contratual. Se necessário notificar ou aplicação das devidas penalidades, no caso de descumprimento	Mitigar/transferir
	Estar atento a empresa Contratada.	



18	Falha na prestação dos serviços - inexecução parcial ou total	3	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	3
19	Ausência de acompanhamento e fiscalização do futuro contrato	1	Distorções na execução do objeto contratado. Inexecução contratual. Não atendimento de forma plena a demanda	1
20	Responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato não possuir competência multidisciplinar necessárias para a atividade	2	Não fiscalização adequada do objeto da contratação. Passível de inexecução contratual. Não atendimento de forma plena do interesse público	1
21	Contratada(s) não manter(em) a regularidade fiscal durante a execução do contrato	2	Falha na prestação na execução do objeto contratado (sem receber, a Contratada pode suspender a prestação dos serviços)	2
22	Extinção contratual por descumprimento	2	Não atendimento ao interesse público. Paralisação da prestação dos serviços. Necessidade de uma nova contratação	5
23	Alteração do escopo da contratação	1	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	3
24	Falência da empresa(s) Contratada(s)	3	Não atendimento ao interesse público seja parcial ou total	4

Alto	Verificar constantemente a regularidade fiscal e demais documentação correlata. Notificar a Contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Mitigar
Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Mitigar
Médio	Fiscalizar rotineiramente as condições fiscais e tributárias da Contratada. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir
Alto	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na extinção contratual. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir
Médio	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na alteração do escopo da contratação. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Alto	Fiscalização constante. Contratação emergencial e nova licitação	Mitigar/transferir

25	Divergência com a(s) Contratada(s) sobre os serviços no momento da execução	1	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	2		Baixo	CAF estar atenta ao cumprimento das exigências e condições da contratação. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir	
					Risco Geral	Médio			
Probabilidade (P)			Impacto (I)			Classificação dos Riscos		Possibilidade de Tratamento dos Riscos	
Índice	Descrição	Nível	Índice	Descrição	Nível	Pontuação (A x B / P x I)	Risco	Conduta	Descrição
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1	Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1	15 a 25	Muito Alto	Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Pouco provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2	Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2	8 a 12	Alto	Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3	Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3	3 a 6	Médio	Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Muito	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com frequência			Torna improvável o alcance do objetivo.					Desenvolver e implementar



Provável	Com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4	Alto	Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultados.	4	1 e 2	Baixo	Mitigar/transferir	adotar as medidas: mitigar e transferir
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5	Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultados.	5	0	Muito Baixo	Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

#### 14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		Médio
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		Vide item 13, acima
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		Vide item 13, acima

#### CONCLUSÃO:

a) Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução (Credenciamento para execução de procedimentos de castração cirúrgica (em castramóvel), em animais das espécies caninas e felinas, domiciliados, semidomiciliados e errantes, no município de Joinville) descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.

b) No mais, diante de todas as informações colhidas no presente documento demonstra que há adequação (alinhamento) da solução escolhida frente a necessidade a ser atendida.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Marchi Santos**, **Coordenador(a)**, em 14/01/2025, às 15:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ailton Rodrigues da Silva**, **Coordenador(a)**, em 14/01/2025, às 15:13, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luis MatiuZZi**, **Diretor (a) Executivo (a)**, em 14/01/2025, às 15:24, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0024125938** e o código CRC **6C4F21EA**.

